



**UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU**  
**CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**SARA DOS ANJOS SILVA**

**EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL PÓS PLANO-REAL:  
UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19**

São Paulo

2022

SARA DOS ANJOS SILVA

**EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL PÓS PLANO-REAL:  
UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade São Judas Tadeu, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel sob orientação do prof. Dr. Raphael C. Penteadó e coorientação do prof. Ms. Reinaldo Mora.

São Paulo

2022

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos docentes que brilhantemente me ajudaram direto ou indiretamente na construção desse projeto e que despertaram em mim o desejo de continuar produzindo conteúdo científico. Agradeço também a minha família e amigos pelo apoio.

## **RESUMO DO PROJETO**

Este projeto busca apresentar uma revisão bibliográfica das principais transformações do Sistema Financeiro Nacional (SFN) a partir dos anos 90, com enfoque no período pós Plano Real, pautadas no referencial teórico pós-keynesiano. Para compreender as transformações, serão analisadas as políticas monetárias de estabilização dos preços do Plano Real e seus efeitos na construção de um sistema financeiro sólido. A solidez do mercado será analisada sob a ótica da crise sanitária de Covid-19 que atingiu a economia brasileira no primeiro trimestre de 2020. O objetivo da análise do período de estresse é compreender quais são as medidas esperadas e suas consequências em cenários de forte incerteza.

**Palavras-chave:** Sistema Financeiro Nacional, Estabilização, Plano-Real, Crise de Covid-19.

## **ABSTRACT**

This project seeks to present a literature review of the main transformations of the National Financial System from the 1990s on, focusing on the post-Real Plan period, based on the post-Keynesian theoretical framework. In order to understand the transformations, the monetary policies of price stabilization of the Plano-Real and their effects on the construction of a solid financial system will be analyzed. Market soundness will be analyzed from the perspective of the Covid-19 health crisis that hit the Brazilian economy in the first quarter of 2020. The objective of the stress period analysis is to understand what are the expected measures and their consequences in scenarios of strong uncertainty.

**Key-words:** National Financial System, Stabilization, Plano-Real, Covid-19 Crisi

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA.....	6
2. OBJETIVOS GERAIS.....	6
2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	7
3. COMPOSIÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL PÓS PLANO REAL.....	8
4. PLANO REAL – ALGUNS FATOS ESTILIZADOS.....	10
4.1 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS PÓS PLANO REAL .....	18
4.1.1 Renda e taxa de pobreza .....	18
4.1.2 Mercado de trabalho .....	20
4.1.3 Atividade econômica.....	21
5. PANDEMIA DE COVID-19 – ALGUNS FATOS ESTILIZADOS .....	23
5.1 MERCADO DE CRÉDITO DURANTE A PANDEMIA.....	26
6. ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	29
6.1 CONJUNTURA SOCIOECONÔMICA .....	30
6.2 COMPORTAMENTO DO MERCADO DE CRÉDITO.....	33
7. CONCLUSÃO .....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	38

## **1. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA**

Este projeto busca apresentar, por meio da análise da teoria econômica, dados e pesquisas bibliográficas, as principais transformações do Sistema Financeiro Nacional, e como os eventos macroeconômicos, políticos e sociais contribuíram para sua evolução. Almeja compreender a importância do SFN para o desenvolvimento e ascensão econômica, através do financiamento das atividades produtivas, circulação de moeda, além da regulação e fiscalização efetiva das operações de crédito em um cenário de aumento da complexidade dessas atividades, globalização e adaptação a um novo cenário de crise econômica global. Para embasar a pesquisa, será feita uma revisão de literatura, utilizando-se de dados econômicos fornecidos por instituições consolidadas, livros e artigos científicos especializados na temática.

O projeto se justifica, visto que, as mudanças no SFN e a evolução da regulamentação são fundamentais para compreender as alterações socioeconômicas da população brasileira a partir dos anos 90. O estudo da temática também possibilita a identificação dos efeitos de possíveis instabilidades que afetam tanto a esfera doméstica quanto podem atingir patamares globais. Essas vertentes, que analisam o equilíbrio econômico, levantam alguns questionamentos importantes em um ambiente de instabilidade econômica. Qual a importância de um Sistema Financeiro Nacional sólido? Como o Sistema Financeiro Nacional Brasileiro se comporta em cenários de crise internacional? De que forma o crédito é diretamente afetado no cenário de pandemia e quais as consequências econômicas e sociais?

## **2. OBJETIVOS GERAIS**

O projeto de pesquisa tem como objetivo compreender as mudanças no Sistema Financeiro Nacional e os reflexos no desenvolvimento econômico brasileiro, sob a ótica das concessões de crédito e dos indicadores socioeconômicos. Para isso, será analisado o período pós estabilização monetária dos anos 90, com enfoque no desempenho durante a pandemia de covid-19. Com isso, busca-se construir hipóteses acerca do problema, aprimorando os conhecimentos e fundamentando o assunto tratado com o auxílio do referencial teórico.

## 2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar as principais mudanças estruturais e de desempenho no SFN, analisando os indicadores de resultado medidos pelo Banco Central no período de 1994 – 2022;
- Investigar os impactos causados pela estabilização da inflação no crescimento da economia brasileira, sob a ótica das concessões de crédito e dos indicadores socioeconômicos de renda e emprego;
- Analisar o comportamento das concessões de crédito e dos indicadores socioeconômicos de renda e emprego durante a pandemia de covid-19;
- Compreender qual o comportamento esperado do SFN em um cenário de crise global.

### **3. COMPOSIÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL PÓS PLANO REAL**

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) pode ser definido como um conjunto de instituições financeiras ou não, que tem como principal função fomentar o crescimento econômico do país, esse objetivo é alcançado por meio da intermediação de recursos de agentes econômicos, além da fiscalização e criação de políticas de estabilização para a circulação de moeda e operações de crédito. O SFN é composto por três grandes grupos, os agentes normativos, supervisores e operadores. Os órgãos normativos são responsáveis pela criação de normas que garantam a o equilíbrio de todo o sistema, os agentes supervisores operam para que as instituições cumpram as normas estabelecidas e, por fim, as instituições operadoras são aquelas que fornecem os serviços financeiros como intermediadores.

As instituições bancárias, que fazem parte do conjunto operador possuem duas funções principais, "executam conjuntamente o papel de criadores de moeda, concedendo crédito, e de intermediários financeiros" (FREITAS, 2009, p.235).

Um conjunto de regras restringe as instituições que criam moeda pela expansão do crédito, de modo a garantir a credibilidade do sistema monetário. Na ausência da regulamentação, instituições financeiras não-monetárias poderiam equivaler-se às instituições bancárias. (FREITAS, 2009 p 235).

A intermediação bancária por sua vez se dá pela formulação de contratos entre os agentes superavitários (detentores de moeda) e os deficitários (não detém moeda). Segundo a teoria de Keynes e Pós-Keynesianos, o cenário econômico de um futuro incerto leva os detentores de moeda a optarem pela liquidez, "Se a acumulação de riqueza é uma atividade voltada para o futuro, os agentes preferirão, em princípio, permanecer líquidos, porque ninguém sabe, com segurança, como será o futuro" (CARVALHO, 1996, p. 49). Para optar por títulos com menor liquidez, a teoria de Keynes afirma que é necessária uma compensação em forma de juros que convença os agentes superavitários a tomarem o risco, essa premissa resulta na relação juros em proporção do risco. (CARVALHO, 1996).

Para manter a credibilidade e estabilidade desse sistema de contratos, é necessário a normatização dos órgãos responsáveis. As medidas de regulamentação têm como principal objetivo garantir que os interesses individuais das instituições bancários, pautadas, como em qualquer outra empresa privada, na maximização dos lucros não prejudique a estabilidade do sistema financeiro como todo. Para Freitas (2009), as

limitações criadas pelos órgãos reguladores não são imutáveis, e sim se adequam ao cenário macroeconômico, a depender do oligopólio bancário, as próprias instituições financeiras exercem pressão e produzem as medidas regulatórias em benefício próprio. A consequência do alto risco na concessão de crédito pode trazer colapso a todo o sistema financeiro nacional e refletir no cenário global, como ocorreu posteriormente na crise hipotecária dos Estados Unidos.

Para limitar a instabilidade inerente ao sistema bancário, as autoridades procuram impor regras de prudência para o funcionamento dos bancos, que se aplicam sobre a composição e qualidade do crédito e sobre os níveis de endividamento, entre outros. No entanto, com as inovações financeiras, os bancos tentam evitar todo e qualquer controle. Os novos instrumentos e procedimentos contribuem para ampliar a complexidade das estruturas financeiras e das relações entre os devedores e os credores. (FREITAS, 2009, p 246).

Em 1990, o cenário econômico encontrado no Brasil era de inflação descontrolada e em constante agravamento, esse panorama influenciou diretamente o SFN, especialmente os bancos. Segundo Paula (1998) o cenário de inflação descontrolada inibia a alta das operações de crédito a prazo, no entanto, estimulava as atividades especulativas, dessa forma o sistema bancário brasileiro estava focado em operações de curto prazo e financiamentos vinculados ao setor público. Tais fatores garantiram aos bancos um alto lucro, derivados principalmente de *Float* e moeda indexada. Camargo (2009) também aponta que em 1990 as melhores oportunidades de lucro vieram do governo federal, ao aumentar a quantidade de títulos públicos com alta rentabilidade e liquidez.

No enfoque pós-keynesiano, os bancos são empresas voltadas para a geração de lucros e para seu crescimento, em forte concorrência entre si e com outras empresas financeiras. Para viabilizar seus objetivos de expansão e de concentração de capital, os bancos exploram as possibilidades de lucro visualizadas a cada momento, de acordo com suas expectativas sobre o futuro. (CARVALHO, 2003, p. 2)

A exploração do momento de inflação elevada resultava em uma alta lucratividade dos bancos, a oportunidade de lucro possibilitou que houvesse um grande número de instituições atuando no mercado, segundo Rocha (2000), outro fator que contribuiu para o aumento expressivo no número de instituições bancárias foi a Resolução 1.524 de 1988 que permitiu a criação dos bancos múltiplos. Simultaneamente ao crescimento do setor bancário, havia cada vez mais uma baixa preocupação com questões administrativas e a qualidade nos serviços prestados, posteriormente, essa cultura de “despreocupação”

evidenciaria a fragilidade do sistema bancário em um ambiente de estabilidade inflacionária.

A inflação permite aos bancos a obtenção de um rendimento específico, decorrente da perda de valor real dos recursos neles depositados sem remuneração. Os bancos não pagam aos titulares destes recursos um rendimento que compense a corrosão do seu valor pela inflação, mas incluem esta compensação na taxa cobrada do tomador dos empréstimos por eles financiados, e se apropriam da diferença. (CARVALHO, 2003, p. 5).

Nesse cenário, o sucesso do Plano Real representaria uma ruptura expressiva de receita com a inflação, que como já citado representava uma grande parcela do resultado dos bancos até meados de 1994. Para permanecer com uma receita positiva e estabilidade no setor bancário seria necessária um poder de resiliência e adaptação dos prestadores de serviços, em conjunto com políticas dos órgãos normativos para evitar uma crise sistêmica. Atualmente, 26 anos após a introdução do real, é possível observar as consequências da nova política monetária no setor bancário, especialmente na concentração decorrente da expressiva redução no número de instituições.

A Tabela 1 apresenta os dados da composição do SFN por origem de capital entre 1995 e os dados mais recentes de 2020. Observa-se uma redução no número de instituições, decorrente de inúmeros processos de fusões, aquisições e liquidações.

**Tabela 1. Número de Instituições no SNF por origem de capital – Dez 1995 a Dez 2020**

<b>ORIGEM DE CAPITAL</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2005</b>	<b>2010</b>	<b>2015</b>	<b>2020</b>
Públicos	32	17	14	10	10	10
Privados	210	175	147	150	144	148
Nacionais	144	91	77	78	72	66
Nacionais com Participação Estrangeira	28	14	13	11	6	14
Controle Estrangeiro	21	57	49	55	60	63
Estrangeiros	17	13	8	6	6	5
<b>TOTAL DE INSTITUIÇÕES</b>	<b>242</b>	<b>192</b>	<b>161</b>	<b>160</b>	<b>154</b>	<b>158</b>

Fonte: Banco Central - Elaborado pela autora

#### **4. PLANO REAL – ALGUNS FATOS ESTILIZADOS**

Em 1º de julho de 1994, iniciasse a primeira fase do Plano Real, a reforma monetária que transformou a Unidade Real de Valor (URV) no Real e eliminou o Cruzeiro, a mudança buscava combater a inflação e para Pereira (1994) foi a melhor solução encontrada dentre os 13 planos de estabilização tentados pelo governo desde o

início da crise econômica pelo choque do petróleo em 1979, uma vez que combate diretamente as causas do aumento generalizado dos preços; a inercia inflacionária e a crise fiscal; além trazer à tona uma solução inovadora, o controle prévio dos preços por meio da URV. Segundo a Teoria Quantitativa da Moeda de Keynes, a emissão descontrolada de papel moeda gera a desvalorização do valor e diminuição do poder de compra, nesse contexto o controle do URV se mostrou extremamente mais eficaz do que as propostas de estabilização por via de congelamento.

O Plano Real adotou uma abordagem rigorosamente de mercado, evitando congelamentos. Todavia, foi realista ao tornar obrigatória a conversão de salários para a URV no início de sua segunda fase. Dessa forma o problema da indexação salarial foi contornado. Por outro lado, através dessa estratégia estabeleceu-se um parâmetro para a conversão dos demais preços. Mesmo assim, nas últimas semanas da fase URV ocorreu uma clara inflação de URVs, demonstrando que muitas empresas converteram seus preços para URVs por valores acima da média dos últimos meses. Esse fato, entretanto, não chegou a comprometer o plano, seja porque, em seguida a introdução do Real, as empresas reduziram seus preços sob a forma de descontos, seja porque concederam aumentos salariais compensatórios. Apenas nos setores fortemente oligopolistas e pouco organizadas sindicalmente o ganho será conservado pelas empresas, provocando um desequilíbrio nos preços relativos. (PEREIRA, 1994, p. 131 e 132).

A expectativa de alcançar a estabilização dos preços por meio do Plano Real era grande, visto que para Pereira (1994) haviam no período de implantação alguns fatores favoráveis, tais como as reservas interacionais em um nível que garantiam a sustentabilidade da nova moeda; equilíbrio nos preços relativos, embora afetados pela inercia inflacionária; empresas estatais e privadas sólidas; avanços fiscais anteriores ao plano; o mercado competitivo e aberto que impedia a prática de abusos monopolistas no cenário interno.

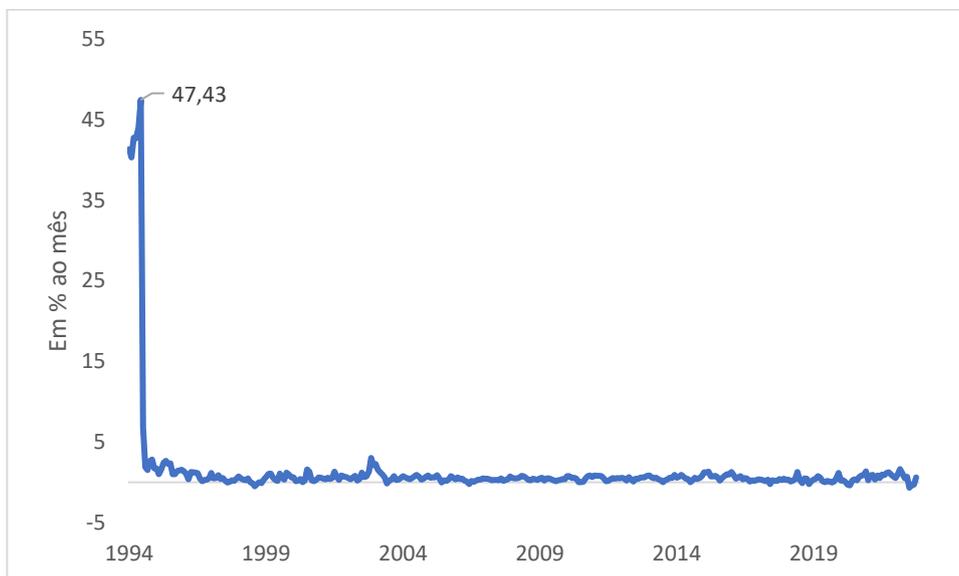
Cardoso (2019) destaca que o Plano Real é reconhecido pela efetividade no controle da inflação crônica vivenciada no Brasil por quase três décadas:

O programa brasileiro de estabilização econômica é considerado o mais bem-visto de todos os planos lançados nos últimos anos para combater casos de inflação crônica. Combinaram-se condições políticas, históricas e econômicas para permitir que o Governo brasileiro lançasse, ainda no final de 1993, as bases de um programa de longo prazo. Organizado em etapas, o plano resultaria no fim de quase três décadas de inflação elevada e na substituição da antiga moeda pelo Real, a partir de primeiro de julho de 1994. (CARDOSO, 2019, p. 85).

O Gráfico 1 evidencia o rápido efeito do Plano Real sobre o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) medido pelo IBGE. É possível notar que o crescimento da inflação, que chegou ao patamar superior a 40% ao mês no primeiro

semestre de 1994, reduziu-se a variações entre 0 e 2 em um curto período, se mantendo no patamar controlado desde então.

**Gráfico 1 – Variação percentual mensal do IPCA, entre 1994 e 2022.**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Elaborado pela autora

O setor bancário pós plano real viveu uma adaptação a reforma monetária, era necessário compreender um novo panorama que eliminava o rendimento que era antes obtido com a inflação, novas e elevadas reservas compulsórias exigidas, e aumento da inadimplência. Para mensurar o impacto da queda da receita inflacionária, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2005) estimou que para os grandes bancos as receitas obtidas com inflação chegaram a R\$ 9,538 bilhões em 1994, principalmente por meio das operações de *overnight*, como consequência da estabilização, em 1995 essa receita caiu para R\$ 903 milhões.

Uma das alternativas encontradas pelo setor bancário para substituir a receita inflacionária, foi a receita com a taxação de produtos e serviços. Para isso, fez-se necessária uma mudança no mix de produtos e serviços financeiros e a exploração da receita advinda de tarifas. Segundo o Banco Central, em 1993, antes da implementação do Plano Real, as receitas com tarifas bancárias representavam somente 0,46% das receitas operacionais, e contribuíam pouco para o pagamento das despesas administrativas, cerca de 6%. Em dezembro de 1998, a representatividade das tarifas bancárias passou a ser de 6,26% e a contribuição para pagamento de despesas administrativas era de 27%.

A cobrança generalizada de tarifas representa a explicitação de custos operacionais embutidos na captação de recursos sem juros ou com juros abaixo

da média do mercado. Com inflação alta, o custo administrativo destes recursos para os bancos é muito inferior aos rendimentos obtidos; com inflação baixa, ele se torna relativamente bem mais pesado e os bancos procuram repassá-lo para os clientes. (CARVALHO, 2003, p. 5).

A tabela 2 apresenta as receitas obtidas por dez grandes bancos privados entre 1994 e 1998, na tabela é possível observar a relevância da receita com *floating*. No ano de 1994, aproximadamente 15,8% de toda a receita bancária era ligada a ganhos com aumento da inflação, vale ressaltar que a amostra contempla somente instituições de grande porte, em instituições bancárias de médio e pequeno porte a representatividade da receita com *floating* tende a ser ainda maior.

A partir da implantação do Plano Real, é notável a maior exploração na prestação de serviços e conseqüentemente maior ganho com a cobrança de tarifas, em 1994 esse componente representava apenas 10,1% da receita total, no ano seguinte passou a representar 15,1% e em 1998 o resultado era equivalente a 20,2%. Portanto, a capacidade de aproveitamento de outras fontes de receita se mostrou eficiente, visto que a receita inflacionária foi zerada em 1996, mas o total de receitas se manteve crescente nos anos seguintes.

**Tabela 2. Receitas de 10 grandes bancos privados\* 1994/1998 (Valores em R\$ bilhões)**

<b>RECEITAS</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
Operações de Crédito	9.470	19.283	17.770	15.219	16.307
Resultadoto de Títulos e Valores Mobiliários	6.700	6.477	8.412	5.590	10.774
Floating	4.035	291	-	-	-
Prestação de seviços	2.583	3.850	4.523	4.941	5.152
Result. de Participação em Coligadas/Controladas	1.282	1.578	2.153	2.325	2.874
Outras	1.436	1.857	1.988	2.216	2.541
<b>TOTAL</b>	<b>25.506</b>	<b>33.336</b>	<b>34.846</b>	<b>30.291</b>	<b>37.648</b>

(\*) Os bancos incluídos na amostra são: América do Sul, Bandeirantes, BCN, Boavista, Bradesco, HSBC Bamerindus, Itaú, Mercantil de SP, Noroeste e Unibanco.

Fonte: Adaptação Paula et. al, 2001, p.313.

Outra alternativa encontrada para aumentar os rendimentos dos bancos foi um alto investimento em operações de crédito, o resultado foi um expressivo crescimento da receita com esse tipo de operação como retratado na tabela 2. Em 1994 as receitas com empréstimo de moeda representavam 37,13% do total, no ano seguinte o percentual sobe para mais de 57%. Lameira (2004) aponta que em 1995 o total de crédito concedido pelo sistema financeiro nacional era de aproximadamente R\$ 256 bilhões de reais, 88% dessas

concessões eram direcionados ao setor privado, no ano seguinte o montante total alcançou R\$ 318 bilhões, sendo 74% ao setor privado.

Para Puga (1999), o aumento das operações de crédito nos primeiros anos do Plano Real foi impulsionado pelo rápido crescimento econômico propiciado pela estabilização, mas que posteriormente teria desaceleração devido a inerente preocupação com a inadimplência e a adoção de uma política creditária mais conservadora, uma tentativa de frear as concessões que não adotavam nenhum tipo de cautela e consequentemente contribuíam para o aumento da incapacidade de cumprir com a quitação do empréstimo.

O sistema financeiro demonstrou claramente que, após anos de convivência com elevadas receitas de floating, não dispunha ainda de mecanismos satisfatórios de análise de crédito para fazer frente ao necessário aumento de receitas com esta atividade. (Cysne, Faria, 1997, p. 7).

Em 1995 uma onda de liberação de crédito resultou em uma alta na inadimplência, para Cysne, Faria (1997) as pessoas não haviam notado que mesmo as parcelas sendo fixas, os rendimentos nominais não sofreriam aumento como antes. Carvalho (1996) aponta que um dos motivos para demandar moeda, segundo a Teoria Geral de Keynes, é a precaução, que está diretamente ligada ao estado de confiança no futuro da taxa de juros. A inadimplência, portanto, é um risco presente no sistema financeiro, em um contexto monetário em que indivíduos e empresas privadas buscam a acumulação de capital e assim “os bancos têm a tendência a conceder mais crédito do que seria prudente fazê-lo nos momentos de expansão da economia” (FREITAS, 2009, p. 241).

Na segunda metade da discutida década, o sistema bancário passou por importante processo de fragilização, resultado da combinação de alguns fatores: fim do lucro inflacionário, crescimento do crédito e da inadimplência e políticas monetária e de crédito restritivas. Diante de tal fragilização, o Banco Central do Brasil (BCB) adotou um conjunto de medidas emergenciais de modo a garantir o saneamento do sistema. (MENDONÇA, 2006, p. 366).

Para evitar possíveis riscos de uma crise de contaminação interbancária provocada pela fragilidade apresentada, foram adotadas medidas de maior intervenção do Banco Central nas instituições que apresentavam problemas de liquidez e solvência. Destacam-se dentre as medidas os incentivos fiscais para a incorporação de bancos com eventuais dificuldades, a aprovação do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), implantação do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), adoção do Programa de Estímulo à reconstrução e ao fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), e o Regime Especial de Administração temporária (REAT).

É importante ressaltar que até então o Banco Central não atuava de maneira tão “invasiva” nas instituições, salvo em casos de liquidação. Para Paula (1998) tais medidas resultaram na queda de bancos que tinham como a principal fonte de exploração as transações com a dívida pública. Todos os programas e regimes especiais tinham como objetivo comum manter a estabilidade do sistema financeiro.

O PROER, para Mendonça (2006), tinha o objetivo de possibilitar a incorporação parcial ou total, de instituições sem solidez, por outra com maior eficiência e sustentabilidade. Os bancos incorporadores tinham acesso a uma linha de crédito no BCB que possibilitava a cobertura de gastos da reorganização das instituições absorvidas. Assim, foram incentivados os processos de fusão, incorporação e cisão, que saturou principalmente os bancos estaduais e de menor representatividade de mercado, já que suas receitas estavam diretamente ligadas a períodos de alta inflação. Mendonça (2006) ainda cita que o processo de estabilização dos preços evidenciou as deficiências da regulação nos anos anteriores, portanto foram mobilizados esforços para a melhoria da regulação e supervisão prudencial, tendo um enfoque na adaptação ao risco e transparência das informações.

A fragilidade vivida pelo sistema bancário no período imediatamente posterior à estabilização de preços explicitou as dificuldades resultantes de uma inadequada estrutura de regulação prudencial e de supervisão, assim como da inexistência de uma rede de proteção. (MENDONÇA, 2006, P. 368 e 369).

Maia (2003) acredita que houve dois princípios gerais no PROER, a prevenção do equilíbrio do sistema de pagamentos por meio da garantia dos depósitos, e a penalização de más administrações por via da transferência de controle acionário. Havia duas possibilidades para os bancos que apresentaram problemas e foram enquadrados no PROER, a mudança e incorporação por outro banco com melhores indicadores ou a liquidação pelo Banco Central. A possibilidade de fusões e aquisições por meio do PROER teve uma grande importância para garantia da estabilidade e saúde financeira do SFN, tendo seu encerramento em 1997.

O volume financeiro das operações PROER somou R\$20,4 bilhões, aproximadamente 2,7% do PIB médio do triênio 95-96-97. O programa foi efetivamente concluído em meados de 1997, quanto teve lugar a última operação de financiamento. Ao todo, oito fusões/aquisições foram realizadas no âmbito do PROER, sendo quatro sob o primeiro modelo e quatro sob o segundo. Ainda que pouco numerosas, essas aquisições, notadamente as realizadas no âmbito do primeiro modelo, alteraram radicalmente a estrutura do mercado bancário no Brasil. (MAIA, 2003, p. 7 e 8).

Os bancos públicos que apresentassem problemas de liquidez pós plano real eram submetidos a outra iniciativa, o Programa de Incentivo a Redução do Setor Público

Estadual (PROES), em linhas gerais o programa visava reduzir a participação de bancos estaduais no SFN. Para Ferreira (2008) os bancos públicos já apresentavam sinais de crise antes do plano de estabilização, com descrédito do governo federal e ineficiência comparado aos bancos privados. O Proes surge como alternativa para evitar a quebra de instituições nessas condições e que assim como as instituições privadas representavam risco de uma crise sistêmica. Para Ferreira (2008), a intervenção do Banco Central se deu de duas formas:

O programa permitiu duas possibilidades para os governos estaduais. A primeira possibilitava financiar o total das suas dívidas juntos aos bancos estaduais, porém abrindo mão do controle acionários do banco. Essa perda do controle se daria através de privatização, extinção, liquidação ou federalização. Na segunda opção, os estados fariam um aporte de capital no valor de 50% do total da dívida com seus bancos. Os 50% restantes seriam financiados pelo governo federal. Nessa opção o estado manteria do controle da instituição, porém, essa estaria saneada (FERREIRA, 2008, p. 39 e 40).

Rocha (2002) apresenta os resultados do Proes, ao fim do programa, dos 35 bancos estaduais, sete instituições foram privatizadas, dez foram extintas, seis federalizadas e posteriormente privatizadas e cinco reestruturadas, além da criação de dezesseis agências de fomento, apenas três instituições não aderiram ao Proes, representando um impacto significativo nos bancos estaduais. As reduções tanto no setor público como privado representaram uma mudança significativa na composição do SFN nos anos pós plano real, a tabela 3 consolida os dados do Banco Central que evidenciam a redução de 18,5% no número de instituições em atividade entre 1993 e 1997, destaca-se a redução de 13,1% nos bancos múltiplos.

**Tabela 3 - Instituições em atividade dez/93 a dez/97\***

<b>TIPO DE INSTITUIÇÃO</b>	<b>dez/93</b>	<b>dez/94</b>	<b>dez/95</b>	<b>dez/96</b>	<b>dez/97</b>
Banco Múltiplo	206	210	205	191	179
Banco Comercial (1)	35	34	35	38	36
Banco de Desenvolvimento	7	6	6	6	6
Banco de Investimento	17	17	17	23	22
Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	41	41	42	47	48
Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (2)	285	280	271	255	237
Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	378	367	323	281	235
Sociedade de Arrendamento Mercantil	67	72	78	74	78
Caixa Econômica	2	2	2	2	2
SCI/APE	27	27	23	22	22

C H	-	-	-	3	3
<b>Total</b>	<b>1.065</b>	<b>1.056</b>	<b>1.002</b>	<b>942</b>	<b>868</b>

(\*) Exclui Cooperativas de crédito, Fundos de Investimento, Administradoras.

(1) Inclui as Filiais de Bancos Estrangeiros.

(2) Inclui as Sociedades Corretoras de Câmbio

Fonte: Banco Central do Brasil – Elaborado pela autora

A adoção de programas de reestruturação também potencializou o processo de entrada de bancos estrangeiros no Brasil. Rocha (2002) aponta que dois fatores contribuíram para a desnacionalização do sistema financeiro brasileiro na década de 90, primeiramente a onda de desregulamentação internacional impulsionou a expansão da atuação de bancos estrangeiros em todo o mundo, esse processo incentivou uma maior competição internacional, e uma busca por novas estratégias comerciais, visto que, a ascensão do mercado de capitais e a entrada de instituições financeiras não-bancárias aumentava a competitividade e ameaçava a rentabilidade bancos que atuavam somente em um território. Esse conjunto de fatores, foi considerado por Rocha (2002) como um fator de repulsão.

O segundo movimento que contribui para a desnacionalização foi denominado por Rocha (2002) como fatores de atração interna. O CMN permitiu e regulamentou, por meio da resolução nº 1.832, de 31.05.1991, que inseriu o Anexo IV à Res. 1.289, de 20.03.1987, a entrada de investimento estrangeiro no Brasil. Adicionalmente, com a introdução do Plano Real o processo de internacionalização da economia se intensificou, visto que o cenário agora estabilizado permitia visualizar um cenário de crescimento econômico. No entanto, a dificuldade de sobrevivência de algumas instituições bancárias sem os ganhos com a inflação também foi evidenciada pelo plano de estabilização. Nesse contexto, se deu a princípio pelas fusões e aquisições de instituições com problemas de solidez pelo capital estrangeiro, posteriormente, outras instituições também foram incorporadas.

Camargo (2009) aponta que a representação de bancos estrangeiros no setor bancário sofreu um aumento de aproximadamente 10% entre junho de 1995 e dezembro de 1998, alcançando 26,6% de participação, com 52 bancos em atividade.

O mercado de capitais durante o Plano Real recebeu um grande volume de recursos estrangeiros, principalmente na forma de investimento direto, o que o Banco Central do Brasil em 1996 avaliou como sendo um fator que dificultava a administração da política fiscal e monetária. Para Lameira (2004) o principal objetivo da aplicação

desses recursos era para participação nos processos de privatização que se intensificaram no período.

Mendonça (2010) aponta um estudo do *Bank for International Settlements* (BIS) que constatou que as privatizações são resultado da percepção dos governos de que a grande intervenção do Estado no sistema financeiro, tendiam a não estimular o desenvolvimento e crescimento das instituições. A discussão sobre os bancos públicos viria à tona posteriormente na crise financeira de 2008. “As décadas de 1990 e 2000 foram marcadas pela disseminação e consolidação de uma visão muito negativa acerca do papel desses bancos” (DEOS, MENDONÇA, 2010, p. 52).

Portanto, destacam-se como principais mudanças no sistema financeiro consequentes da implantação do Plano Real entre 1994 a 1997: As fusões e aquisições entre os bancos privados; reformas de supervisão e reestruturação do sistema financeiro como o Proer e Proes; entrada de bancos estrangeiros e as mudanças na administração de bancos públicos e privados. (LAMEIRA, 2004). As alterações na composição e estratégias adotadas pelo sistema bancário no período imediato ao plano de estabilização, afetam, diretamente, os indicadores macroeconômicos de renda, mercado de trabalho e atividade econômica.

#### 4.1 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS PÓS PLANO REAL

O período imediatamente posterior ao Plano Real foi marcado por uma expectativa de melhora significativa na conjuntura econômica brasileira. Silva (2002) aponta que o discurso levantado pela Equipe Econômica e pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso era que o cenário de inflação controlada influenciaria diretamente na confiança e credibilidade do governo, propiciando um cenário de desenvolvimento econômico. Contudo, para investigar o impacto do plano de estabilização na conjuntura, faz-se necessária a análise de indicadores como renda per capita, taxa de pobreza, taxa de desemprego, ocupação e desocupação, além do desempenho da atividade econômica.

##### 4.1.1 Renda e taxa de pobreza

Segundo Rocha (1996), houve uma redução significativa na proporção de pobreza no Brasil comparando os resultados de 1990 a 1996, o percentual caiu de 38% em junho

de 1994 para 28% em janeiro de 1996, os dados se referem a seis capitais analisadas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), sendo elas, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. A diminuição de 10% correspondeu a cerca de 11 milhões de pessoas que ascenderam socialmente no período. Com isso, Rocha (1996) conclui que a parcela mais pobre da população brasileira se beneficiou com a implantação do novo plano de estabilidade dos preços e de melhores oportunidades criadas no mercado de trabalho a partir da melhoria da produção nacional.

Este comportamento dos índices de pobreza no primeiro ano do Plano Real é ambivalente. O aspecto positivo consiste nos ganhos de renda permitindo que parte dos pobres, provavelmente aqueles cujas rendas tinham valores mais próximos ao da linha de pobreza, ultrapassasse esse parâmetro, reduzindo a proporção de pobres de forma generalizada nas metrópoles analisadas. (ROCHA, 1996, p. 20).

A Tabela 4 tem como base os dados de uma pesquisa de âmbito nacional, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), foram reunidos os dados referentes a renda familiar per capita média e a proporção de pessoas pobres no Brasil entre 1995 e os dados mais recentes, de 2020. É possível observar que em 1995, a renda per capita média sofreu um incremento nominal significativo, partindo de 689 reais em 1995 para 1.349 em 2020.

A taxa de pobreza por sua vez, atingiu o percentual elevado de 35% nos primeiros anos analisados, o que significava que mais de um terço da população brasileira vivia com renda domiciliar inferior a linha de pobreza, a linha de pobreza considerada nesse levantamento é uma estimativa de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias possíveis, segundo as recomendações da OMS, em 2014 a taxa de pobreza reduziu-se para 13,3% e em 2020, o indicador voltou a subir para 24,10%.

**Tabela 4 - Renda domiciliar per capita média e taxa de pobreza de 1995 a 2020**

ANO	RENDA DOMICILIAR PER CAPITA (R\$)	TAXA DE POBREZA (%)
1995	689	35,08
2001	680	35,09
2005	694	30,83
2011	891	18,42
2015	1152	13,29
2020	1.349	24,10

Fonte: Pnad Continua IBGE – Elaborado pela autora

Bezerra e Queiroz (2008) destacam que, no período de 1992-1993, houve um declínio da população mais pobres na participação da renda nacional, bem como um

aumento na concentração de renda para a população mais rica, entretanto, com a implantação do Plano Real (1994) até 1999, houve uma clara diminuição na concentração de renda brasileira, favorecendo a parcela dos mais pobres.

O aumento da renda per capita abre caminho para o acesso a programas de desenvolvimento social, voltados principalmente em educação e habitação. Um exemplo é o programa Minha Casa Minha Vida criado em 2009 com a finalidade de subsidiar a construção de moradias populares em parceria com a Caixa Econômica Federal. De modo geral, a diminuição da pobreza extrema permitiu a população o acesso ao crédito direcionado.

A partir de 2005, elevaram-se os investimentos para o financiamento habitacional, o foco se direcionou para a população de baixa renda. Essas mudanças foram uma resposta às reivindicações de vários setores que lutavam pela priorização de investimentos nas políticas sociais. Em 2007, foi anunciada pelo Governo Federal a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que traz investimentos em várias áreas como a infraestrutura, os setores de habitação e saneamento e a urbanização de assentamentos precários (ROSSATTO RUBIN, BOLFE, 2014, p. 211).

O investimento em acesso à educação deu um passo importante, em 1999, a MP n° 1.827/1999 criou o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que permitia o financiamento de cursos superiores, posteriormente, em 2001, a medida se transformou na Lei n° 10.260/2001. Os juros sobre o financiamento foram fixados em 9% a.a, mas, em 2006 o BCB estabeleceu uma nova taxa de juros de 3,5% para licenciaturas, pedagogia e cursos superiores de tecnologia e 6,5% a.a. para os demais cursos (RESENDE, 2018).

#### **4.1.2 Mercado de trabalho**

Observando o mercado de trabalho, segundo a PNAD, a taxa de desemprego nas regiões metropolitanas era de 9,5% em 1993 e passou a 8,3% em 1995, o número de pessoas ocupadas apresentou crescimento de 4,6% no mesmo período. A Tabela 5 apresenta o número de pessoas ocupadas e desocupadas em um período maior, entre 1995 e 2014. Segundo o IBGE, são consideradas população ocupada aqueles que no período de aplicação da pesquisa possuíam um trabalho, e desocupadas aquelas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada.

Analisando o primeiro intervalo pós plano real, entre 1995 e 2001, o aumento da população ocupada é tímido, de apenas 11%, contra 43% de aumento da população desocupada. A variação de todo o período analisado é um pouco mais promissora, 30%

de crescimento da população ocupada entre 1995 e 2014 contra 38% de aumento da população desocupada.

O crescimento do mercado de trabalho de modo geral é pouco expressivo, Rocha (2000) aponta que o mercado de trabalho nos anos pós Plano Real minorou as oportunidades para pessoas com baixo nível de escolaridade, entre abril 1994 e abril 1999 houve uma redução de 1,2 milhão de postos de trabalho ocupados por pessoas com menos de 4 anos de escolaridade nas seis metrópoles analisadas pela PME, tal fato inevitavelmente atingiu o rendimento dessa parcela da população e evidenciou a problemática da desigualdade.

Essa mudança na composição da demanda por mão-de-obra repercutiu necessariamente sobre a evolução dos rendimentos médios segundo níveis de escolaridade. O rendimento médio dos trabalhadores menos qualificados, que tinham tido os maiores ganhos logo após a estabilização, atingiu seu melhor nível já no segundo semestre de 1996. (ROCHA, 2000, p. 12).

O desempenho pouco expressivo do mercado de trabalho, principalmente nos anos imediatamente posteriores ao plano de estabilização (1995 -2001), é reflexo do crescimento tímido da atividade econômica. Segundo Filho (2001), o Plano Real se mostrou extremamente bem-sucedido no objetivo de estabilizar os preços, no entanto, não apresentou o mesmo desempenho no aquecimento da atividade econômica no médio e longo prazo.

No entanto, se a queda abrupta da inflação significa o sucesso incontestado do Plano Real, o mesmo não pode se dizer à *performance* da atividade econômica no período pós-Plano Real, pois, apesar do PIB ter crescido 10,2% nos dois primeiros anos do Plano Real, entre 1994 e 2000 a taxa média de crescimento real do PIB foi de 3% a.a., semelhante, portanto, a taxa média de crescimento real ao longo dos anos 1980 – período denominado de “década perdida” – que foi de 2,9% a.a..(FILHO, 2001, p. 6).

Os meses subsequentes a implantação do real como nova moeda foram marcados por um aumento no consumo de bens, especialmente os não duráveis, reflexo do aumento do poder de compra e aumento do crédito, porém, após o período de euforia, o crescimento foi pouco expressivo.

#### **4.1.3 Atividade econômica**

Para Silva (2002), as causas da desaceleração da atividade econômica no Brasil, no período pós Plano Real, estão diretamente ligadas a política de câmbio conhecida como “âncora cambial”, que causou desequilíbrio e expansão da dívida pública. A âncora cambial consiste na fixação da moeda nacional ao dólar, em uma relação 1 para 1, essa

estratégia visava mitigar a inflação, mas, em contrapartida, a medida trouxe um aumento significativo das importações, enquanto as exportações não cresceram na mesma proporção.

O déficit na balança comercial brasileira causou discussões sobre a efetividade da medida de ancoragem. Silva (2002) aponta que o saldo negativo da balança se soma ao déficit da balança de serviços, consequentemente aumentando a déficit das transações correntes que se tornava cada vez mais insustentável, a autora ainda destaca o impacto da desconfiança internacional na estabilidade da economia brasileira.

É notório, também, o impacto da fuga de capitais sobre o saldo da balança de capitais no início de 1999, refletindo a desconfiança dos agentes internacionais com relação à sustentabilidade do programa de estabilização ancorado na taxa de câmbio. (SILVA, 2002, p. 396).

Do ponto de vista pós-keynesiano, a busca estabilidade a longo prazo é um princípio inviável. “Pós-keynesianos em geral não aceitam que se possa determinar a priori qualquer ponto de equilíbrio a longo prazo, porque o próprio ponto de equilíbrio tende a se alterar conforme as condições gerais da economia forem se modificando.” (SILVA, 2002, p. 392). De fato, o regime de âncora cambial não se sustentou, em 1999, o Brasil muda a política cambial para o regime de flutuação suja, que é praticada até o presente momento (2020), a medida permitiu o reequilíbrio da balança comercial e permitindo o crescimento do PIB.

A Tabela 5 apresenta a variação percentual do PIB no intervalo de 1995 a 2020, é possível observar que após a implantação do câmbio flutuante em 1999 a atividade econômica apresentou variação positiva acima de 3% até 2010 e um expressivo crescimento do PIB per capita. Os anos analisados posteriormente são anos de recessão econômica, em 2015 o país enfrentava crises políticas no segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, e em 2020 o país enfrenta a crise global de cunho sanitário causado pelo vírus Sars-cov2, o novo coronavírus.

**Tabela 5 – Variação PIB Volume total e per capita – 1995 a 2020.**

<b>ANO</b>	<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) - VARIAÇÃO EM VOLUME</b>	<b>PIB PER CAPITA EM VALORES CORRENTES</b>
1995	4,2	R\$ 4.410,17
2000	4,4	R\$ 6.913,25
2005	3,2	R\$ 11.723,33
2010	7,5	R\$ 19.876,68
2015	-3,8	R\$ 29.117,47

Apesar do expressivo crescimento do PIB per capita, aproximadamente 660% entre 1995 e 2020, o indicador não considera a distribuição da renda, a metodologia utilizada é simples, dividir o PIB total pela população. Por essa limitação, o coeficiente de Gini distribui melhor a renda da população, a metodologia considera a variação de 0, quando não há desigualdade nenhuma, a 1, quando a desigualdade é extrema e um indivíduo detém toda a renda. A tabela 6 apresenta a variação do coeficiente de Gini entre 1995 e 2020, com base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

**Tabela 6 – Coeficiente de Gini 1995 a 2020.**

<b>ANO</b>	<b>COEFICIENTE DE GINI</b>
1995	0,601
2001	0,596
2005	0,570
2011	0,531
2014	0,518
2020	0,524

Fonte: Pnad Continua – Elaborado pelo autor

É possível observar que a redução foi pouca significativa no intervalo analisado, aproximadamente 12%. Portanto, apesar do aumento do PIB per capita em valores correntes, a distribuição de renda no Brasil ainda é uma problemática, pois a receita com a produção está concentrada sob o poder de poucos.

## **5. PANDEMIA DE COVID-19 – ALGUNS FATOS ESTILIZADOS**

Recentemente, uma nova crise de caráter sanitário se instalou no Brasil e no mundo, a pandemia de Covid-19. A pandemia paralisou centenas de atividades econômicas como forma de evitar a proliferação do vírus, no contexto brasileiro, a crise veio em meio a um período de recuperação das crises políticas e econômicas vivenciados nos anos anteriores. Neste tópico, será analisado a conjuntura econômica em que a crise se instalou e a reação do crédito bancário.

Após a crise do *subprime* em 2008 o Brasil seguiu com o caminho de crescimento econômico acentuado do PIB, os “anos de ouro” marcados pela estabilidade política, diminuição da pobreza e da desigualdade teriam seu fim com os primeiros sinais da crise de 2015-2016. Neto (2016) aponta que, a retração dos preços dos bens primários nos anos posteriores a crise marcou o início do fim. Além disso, em maio de 2013, o governo americano cessou os estímulos monetários iniciados na crise financeira de 2008. Tais fatores ocorridos no cenário internacional afetaram a moeda brasileira que começou a se desvalorizar frente ao dólar.

Aliado aos eventos internacionais, no território nacional havia preocupação com o cenário econômico do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, reeleita em 2014. Neto (2016) aponta que o déficit público nominal passou de 2,97% do PIB em 2013 para 10,38% em 2015, o desemprego que era de 6,2% no último trimestre de 2013, cresceu para 11,3% por cento no segundo trimestre de 2016. A rápida deterioração dos indicadores econômicos causou instabilidade política e desencadeou uma série de protestos em diversos estados brasileiros.

Barbosa (2015) aponta que outros fatores foram cruciais para o desenrolar da crise brasileira:

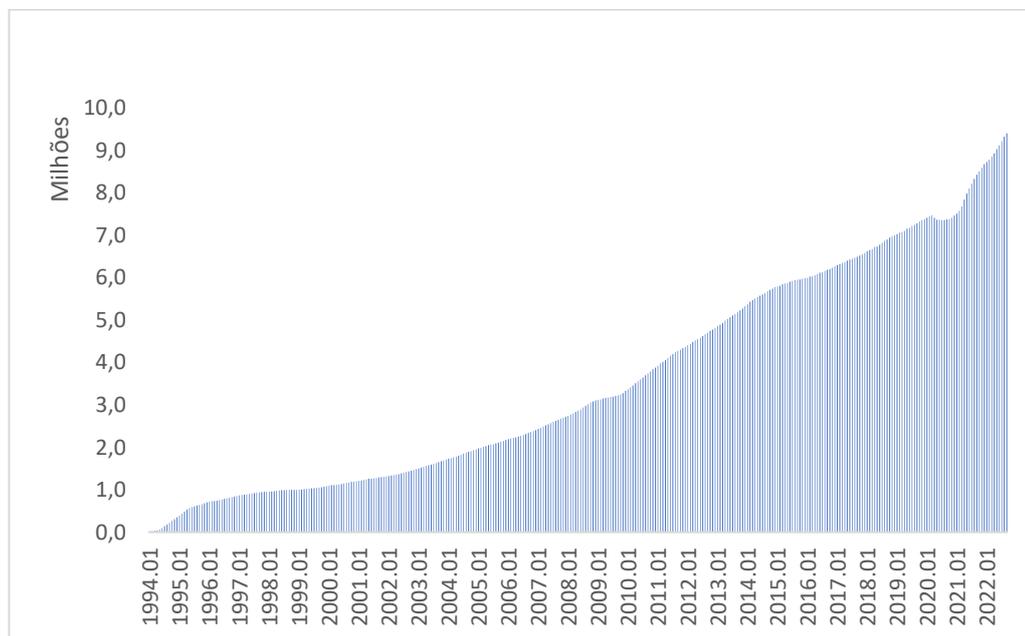
A NME (Nova Matriz Econômica) caracterizou-se por uma política fiscal expansionista, pelo abandono do Banco Central do protocolo do regime de metas de inflação fixando taxas de juros baixas incompatíveis com a meta de inflação, expansão do crédito pelos bancos estatais, intervenção sistemática do Banco Central (Bacen) no mercado de câmbio deixando de lado o sistema de câmbio flexível. Ademais, introduziu-se controle de preços nos produtos derivados do petróleo e com a renovação dos contratos de concessão de energia elétrica desejava-se reduzir as tarifas de eletricidade. Some-se a tudo isso o escândalo do Lava Jato da Petrobras. (BARBOSA, p.1, 2015).

Em 31 de agosto de 2016, a presidente Dilma Rousseff foi oficialmente destituída da Presidência do Brasil, após um processo de impeachment aprovado no Senado por 75,3% a favor e 27,7% contra. A presidência da república foi assumida pelo então vice-presidente, Michel Temer.

O período de instabilidade política foi acompanhado de uma desaceleração do crescimento da atividade, segundo dados do IBGE, a variação do PIB per capita em 2015 e 2016 foi em termos reais -3,5 e -3,6, respectivamente. A expectativa para os anos seguintes ao impeachment era de retomada do crescimento, esse movimento foi observado com a variação do acumulado do PIB em 12 meses acima de 4% nos anos de 2017, 2018 e 2019. Para 2020, a estimativa realizada no início do ano pelo Banco Central

esperava crescimento do PIB de 2,30%, no entanto, a crise global decorrente da pandemia atingiu a economia brasileira ao fim do primeiro trimestre de 2020.

**Gráfico 7. Variação do PIB acumulado em 12 meses – 1994 a 2022.**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Elaborado pela autora

O gráfico 7 evidencia a retração do PIB no ano de 2020. Segundo o relatório Focus do Banco Central, a queda do PIB em 2020 foi de 3,3%, resultado melhor do que o projetado no auge da crise, quando os analistas mensuravam queda histórica de 9%. No entanto, segurar a queda do PIB não é sinônimo de ambiente tranquilo, outros indicadores foram diretamente afetados pela crise.

A inflação medida pelo IPCA registrou alta de 4,52% em 2020, o pior resultado desde 2016, a meta estabelecida pelo CMN era de 4%. Outro indicador de inflação, o IGP-M, teve alta de 24,14%, o pior resultado desde 2002. O IBGE aponta como vetores da inflação o aumento da demanda por produtos essenciais, a alta do dólar e dos preços das commodities no mercado internacional. Um dos fatores que influenciou a alta demanda foi a distribuição do auxílio emergencial aos brasileiros em situação de vulnerabilidade social, na ordem de aproximadamente R\$37 bilhões por mês, a medida extraordinária de distribuição de renda aumentou o poder de comprar de milhões de brasileiros.

O mercado de trabalho também sofreu forte impacto com a crise do coronavírus. Os anos anteriores à crise foram marcados pelas acirradas discussões a certa da reforma trabalhista, aprovada em 2017. Bridi, p. 144, 2020 argumenta que “as reformas pós-2017

vêm na esteira da ordem mundial implantada desde os anos 1990 no Brasil, que adotou a bandeira da flexibilização de contratos de trabalho, da desregulamentação laboral e da responsabilização individual pelo desemprego”. O movimento de desregulamentação e aumento das atividades informais agravou a situação dos trabalhadores que não possuíam respaldo legal.

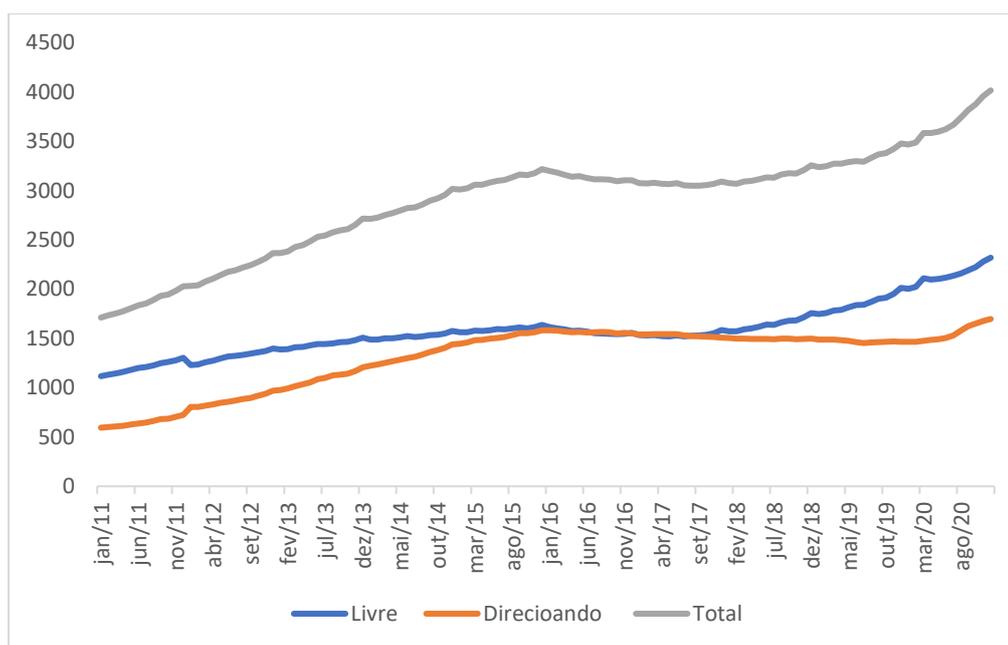
Uma das alternativas encontradas pelo Governo Federal foi, em primeiro lugar, o Auxílio Emergencial (AE) para aqueles que não possuíam registro formal de trabalho e que já eram cadastros em programas de assistencialismo social, como bolsa família. E em segundo, o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEM) instituído pelo Governo Federal, através do Ministério da Economia, com a MP número 936. O BEM permitiu acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário, e de suspensão temporária do contrato de trabalho entre trabalhadores e empregadores.

## 5.1 MERCADO DE CRÉDITO DURANTE A PANDEMIA

No mercado de crédito houve crescimento das concessões, tanto na modalidade de crédito livre, quanto nas concessões de crédito direcionadas. O desempenho do mercado de crédito durante a pandemia foi incentivado por medidas governamentais que deram maior suporte as instituições financeiras. Para compreender o período pré-pandemia, leia-se recessão brasileiro de 2015-2016, será analisado o período de janeiro de 2011 a dezembro de 2020.

O gráfico 8 apresenta o histórico de concessões livres e direcionadas. É possível notar que os anos de 2015, 2016 e 2017 foram marcados por uma forte paralisação do crescimento das concessões de crédito, como vimos, a instabilidade política que o país vivia e a desaceleração do crescimento econômico representou um período de incertezas, nesse cenário, houve precaução do mercado de crédito e retração de aproximadamente 7%.

**Gráfico 8 - Operações de crédito livre e direcionado – Jan/2011 a Dez/2020**



Fonte: Banco Central – Elaborado pelo autor

O ano de 2020 por outro lado apresentou comportamento diferente da recessão de 2015-2016. O crédito total sofreu expansão superior a 15%, a modalidade de crédito direcionado expandiu 15,88% e o crédito livre, 15,80%. Diversos fatores explicam a expansão do crédito mesmo em um ano em que uma pandemia global atingiu fortemente o território nacional, o primeiro ponto diz respeito aos anos anteriores a pandemia, nesse período os bancos brasileiros construíram uma forte reserva de liquidez e mantiveram os índices de solvência em patamares extremamente seguros.

Segundo o relatório de Estabilidade Financeira referente ao segundo semestre de 2019, o índice de Liquidez (IL) encerrou o período em 2,43, isso significa que para cada 1 ativo de curto prazo, os bancos brasileiros tinham 2,43 de reserva de liquidez. O índice de longo prazo também apresentava resultado positivo de 1,13. Com a chegada da pandemia, os bancos passaram a adotar medidas mais criteriosas para as concessões de crédito e aumento da provisão de dividendos duvidosos, no entanto, a demanda também subiu, especialmente para empresas, uma das hipóteses é a maior aversão ao risco do mercado de capitais que fez com que empresas tivessem preferência pelo crédito bancário.

Adicionalmente, o governo federal adotou medidas de incentivo ao crédito e de injeção de liquidez no mercado. Segundo Souza (2020), o governo fez interferências no mercado de crédito visando mitigar o risco de as empresas virem à falência, usualmente

a ajuda é direcionada ao setor empresarial mais frágil em cenários de crise econômica: a micro, pequena e média empresa.

O crédito para microempresas e empresas de pequeno porte foi incentivado por meio de programas governamentais de apoio ao desenvolvimento, como o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE). O Pronampe foi instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, o texto estabelece que, a linha de crédito concedida corresponderá a até 30% da receita bruta anual calculada com base no exercício de 2019, exceto em casos de empresas que tenham menos de 1 ano de funcionamento, hipótese em que o limite do empréstimo corresponderá a até 50% seu capital social ou a até 30% de 12 vezes a média da sua receita bruta mensal apurada no período, desde o início de suas atividades, o que for mais vantajoso.

As instituições que aderiram ao Pronampe poderiam solicitar a garantia do Fundo Garantidor de Operações (FGO). Estavam aptas a aderir ao programa os bancos públicos e de desenvolvimentos, bem como demais instituições pertencentes ao SFN com carteira de crédito, incluem-se as *fintechs*. Os créditos concedidos durante a vigência do Pronampe foram utilizados para financiamento das atividades econômicas do empresário, da empresa ou do profissional liberal, para investimentos e para capital de giro isolado e associado.

A taxa de juros do crédito concedido via Pronampe não poderia ser superior a taxa Selic acrescida de 1,25% sobre o valor concedido. Ao longo do segundo semestre de 2020, a taxa básica de juros esteve situada em sua mínima histórica, 2% ao ano, fato que aumentava a vantagem do programa. O prazo estabelecido para pagamento foi de 36 meses.

No auge da crise, o Banco Central estimou que seriam necessários R\$ 70 bilhões de capital regulatório caso o cenário de estresse simulado com 1,6 milhão de empresas e 9,9 milhões de empregados diretos e indiretos se materializasse, esse montante corresponderia a 7,2% de todo o patrimônio regulatório do SFN, contudo os indicadores apontavam que os bancos brasileiros suportariam esse choque, não trazendo risco sistêmico ao SFN.

No estudo realizado pelo Banco Central, a parcela empresarial que deveria ser mais afetada pela retração econômica segundo o teste de estresse é a micro, pequena e média empresa. Historicamente o acesso ao crédito por parte dessas empresas é complexo, para Barone e Sader (2008) as políticas de incentivo ao microcrédito voltadas principalmente para população de baixa renda implantadas durante o governo Lula (2003 -

2006) representou uma ruptura no acesso ao crédito para essa parcela, passando a ser entendido como micro finanças, introduzindo o crédito para consumo ou produção sem distinção. No entanto, os autores compreendem que mesmo com tais incentivos, ainda havia muito a se fazer para garantir o desenvolvimento desse segmento.

As políticas públicas voltadas à inclusão social e combate à pobreza necessitam ter a compreensão do público-alvo a ser atingido: baixa renda, informal, com baixa escolaridade e que sobrevivem, em grande parte, por meio de atividades de subsistência. Assim, é importante se retomar o conceito de economia familiar (forma de produção cuja base é depreendida da mão-de-obra no próprio contexto familiar) e, através de ações integradas de acesso ao crédito, promover sua inclusão e desenvolvimento. (BARONE, SADER, 2008 p.1).

Segundo o Relatório das Empresas no Brasil, produzido pelo Sebrae em 2016, a taxa de sobrevivência das empresas com até 2 anos apresentou melhora devido ao crescimento do número de Microempreendedores Individuais (MEI) passando de 54% para 77%. No entanto, se retiramos a MEI do cálculo da taxa de sobrevivência, o crescimento foi pouco significativo, passando de 54% para 58%. A falta de capital foi apontada como uma das principais causas da quebra das empresas, citado por 16% mesmo percentual apontado para a falta de clientes. Com isso, é possível evidenciar que a problemática do crédito evidenciada por Barone e Sader (2008) ainda persistia e é agravado em períodos de retração econômica.

Segundo o Relatório de Estabilidade Financeira (REF) na tentativa de minorar os impactos nas empresas (especialmente micro, pequenas e médias empresas) e na sociedade civil, como os altos índices de inadimplência que nos últimos não apresentam melhora significava e o alto risco de quebra dos empreendimentos brasileiros, o CMN adotou medidas reguladoras que procuravam combater a alta da inadimplência e manter a liquidez do mercado. Após dois anos da implementação das medidas, será possível realizar uma análise dos resultados.

## **6. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Por meio da revisão da literatura foi possível evidenciar que o Plano Real foi eficiente em cumprir seu papel na estabilização monetária no Brasil nos anos 90. Segundo os estudos analisados, os principais fatores de sucesso do plano foram: (i) A introdução de uma moeda transitória, o URV; (ii) o não congelamento dos preços; (iii) as condições macroeconômicas e microeconômicas favoráveis (iv) rápida adaptação do setor bancário e solidificação por meio de fusões e aquisições.

A redução da inflação nos meses posteriores ao plano também possibilitou a melhora dos indicadores socioeconômicos de renda e emprego, ainda que abaixo da expectativa. Para os bancos, a estabilização se mostrou um período desafiador, visto que boa parte da rentabilidade dessas instituições vinha de títulos indexados, as instituições que não conseguiram criar outras fontes de receita foram absorvidas por bancos nacionais com maior solvência ou instituições estrangeiras, com incentivos do governo.

O resultado deste processo foi a construção de um sistema financeiro estável e que nos anos posteriores se mostrou resistente a choques globais, sem perda significativa de sua liquidez. Contudo, desde a implementação do Plano Real os choques observados tiram por característica comum o cunho econômico. Em 2020, pela primeira vez o Real sofreu um choque de cunho sanitário global e sua resistência foi colocada a prova novamente.

## 6.1 CONJUNTURA SOCIOECONÔMICA

Como exposto, a pandemia de covid-19 paralisou as economias mundiais e atingiu o Brasil em um momento em o país iniciava uma recuperação do deterioramento observado no biênio de 2015-16. Como resultado, o governo brasileiro adotou medidas emergenciais com o objetivo de manutenção da renda e emprego.

Apesar das medidas adotadas, segundo a pesquisa PNAD Covid19, o mercado de trabalho apresentou 13,8% de taxa de desemprego em 2020, e 13,2% em 2021. Além disso, mais de 15 milhões de brasileiros afirmaram que não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade. Também foi observado uma queda no rendimento mensal dos trabalhadores, uma das hipóteses é a adoção dos acordos de redução salarial, 19,6 % das pessoas ocupadas tiveram rendimento menor do que o normalmente recebido em 2020. Bridi (2020) comparou os resultados do mercado de trabalho em 2020 com o mesmo período de 2019:

Quando comparados os dados de 2019 com os dados do mercado de trabalho de 2020, observava-se o crescimento dos níveis de desocupação que saltam de 12% no segundo trimestre de 2019 para 13,3% no segundo trimestre de 2020 – contexto da pandemia. Quando observada a taxa combinada de desocupação e a força de trabalho potencial, observa-se o salto de 18,4% no segundo trimestre de 2019 para 24% no mesmo período de 2020, evidenciado com a brusca redução na taxa de participação na força de trabalho e no nível de ocupação, com variação de -5,7% e -5,6%, respectivamente, em relação ao primeiro trimestre de 2020. A taxa composta de subutilização da força de trabalho demonstra que o número de pessoas trabalhando horas insuficientes também se altera: de 24,8% no segundo semestre de 2019 para 29,1% no mesmo período em 2020. (BRIDI, p. 148 e 149, 2020).

Quando comparamos o ano de 2020-21 com o período de 2015 e 2016 é notório o maior impacto da crise recente. CORSEUIL, et. al. (2021) aponta que a queda da população ocupada foi de 6.4 p.p. em apenas dois trimestres de 2020, o percentual situou-se em 47,1% contra 53,1% no ápice da recessão de 2015-16. A queda da ocupação refletiu no aumento da população fora da força de trabalho, a taxa saiu de 39% no início do ano de 2020 para 44,9% no terceiro trimestre, os autores destacam que o maior impacto da crise de 2020 está novamente ligada a deterioração nos anos anteriores à crise, o que reafirma o argumento que a crise instalou em uma economia frágil e ainda em recuperação.

A população de desalentados, ou seja, os indivíduos em condição de trabalho, mas que, por acreditarem que não conseguirão ocupação, desistiram pela procura de emprego, aumentou em proporção menor durante a pandemia comparativamente a recessão do biênio, no entanto, a taxa de desalento no início de 2020 já era 0,7 p.p maior que no ápice da crise anterior. Segundo CORSEUIL, et. al. (2021), a paralização das atividades e o fechamento de milhares de vagas de emprego, casou uma expectativa para o aumento da parcela de pessoas na condição de desalento, o percentual saltou de 7,1% para 7,5% em um intervalo de dois trimestres.

Quando observadas as estatísticas do mercado de trabalho por tipo de ocupação, observa-se uma queda maior no trabalho informal, aproximadamente 15,5% de queda contra 9,62% dos trabalhadores formais. A comparação por nível de escolaridade revela a desigualdade de oportunidades, que já foi apontada anteriormente no período imediatamente posterior a implantação do Plano Real em 1994. As ocupações que não exigem níveis de escolaridade completos são os primeiros a serem afetados.

Segundo a Pnad Covid-19, os indivíduos com ensino fundamental incompleto observaram uma queda superior a 20% na ocupação durante a pandemia, os que possuem o ensino fundamental completo queda de aproximadamente 18% e com ensino médio completo cerca de 13%. A única faixa de escolaridade que apresentou relativa estabilidade na ocupação foram a parcela, minoritária, de brasileiros com ensino superior completo, a taxa de ocupação para essa classe oscilou cerca de - 1 p.p. no primeiro ano da pandemia.

Os estratos com trabalhadores mais vulneráveis – jovens, mulheres, negros e pouca escolaridade, que tendem a ser prevalentes no setor informal – foram aqueles mais impactados pela perda de postos de trabalho associada ao choque de 2020. Em que pese o mesmo fato estilizado ter sido observado na recessão de 2015-2016, a dimensão das perdas correntes é muito maior. (CORSEUIL, et. al., 2021, p. 19).

No tema renda, a pandemia de 2020 tem uma particularidade, a injeção de dinheiro, por meio do Auxílio Emergencial (AE), na economia real. A medida de preservação de renda aumentou consideravelmente os rendimentos da parcela da população que vivia abaixo da linha da pobreza. Monte (2020) aponta que, direta ou indiretamente, o AE fez parte da renda mensal de aproximadamente 29,4 milhões de domicílios do país, esse número representa mais de 104 milhões de brasileiros no mês de junho de 2020.

A Pnad Covid apontou que as regiões norte e nordeste foram as que registraram o maior percentual de abrangência do auxílio. Em estados como o Amapá e Maranhão, mais de 70% da população foi beneficiada, seguida por Pará, Amazonas, Piauí e Alagoas com mais 65% da população recebendo o auxílio governamental. Em contrapartida, as regiões sul e sudeste tiveram o menor percentual de abrangência, com destaque aos estados de Santa Catarina (27,7%), Rio Grande do Sul (32,9%) e São Paulo (38,9%).

Para o exercício de 2021 o Governo Federal aprovou novas regras para o AE. Um limite orçamentário de R\$ 44 bilhões foi estabelecido pela Emenda Constitucional nº 109, sendo assim o auxílio passou a ser oferecido para apenas um indivíduo da família no valor de 375 reais quando chefiadas por mulheres, e 250 quando chefiados por homens. Com essas reduções o percentual da população atendida pelo auxílio em 2021 caiu significativamente, nenhum estado atingiu mais que 40% da população sendo beneficiada. Os destaques de abrangência continuaram sendo estados do Nordeste, como Bahia (38,7%) e Maranhão (38,1%).

Ainda segundo a Pnad, o impacto do auxílio na renda nacional no primeiro ano de pandemia foi de expansão de 11,4%, a renda média do brasileiro saltou de R\$ 1.154,8 para R\$ 1.286,1 até meados de 2020. O impacto na redução da pobreza extrema é ainda mais significativo, o indicador saiu de 14,4% antes da implantação do auxílio, para 3,2%. Na região nordeste, que apresentou a maior dependência do auxílio, a redução da extrema pobreza foi 21,6 p.p., a taxa que estava em 25,4% antes do auxílio, passou a ser de apenas 3,8%.

A magnitude do benefício emergencial também deve ser destacada dado o forte impacto na composição da renda dos indivíduos mais pobres. Com o Auxílio Emergencial os efeitos negativos da pandemia foram reduzidos, contribuindo para aumentar a renda da população localizada nos percentis mais pobres da distribuição, fazendo com que o nível de pobreza e desigualdade atingisse os menores patamares já observados em pesquisas recentes do IBGE. (MONTE, 2020, p. 17).

Portanto, mesmo com as reduções do valor do auxílio emergencial em 2021, está medida representou um respiro nas famílias brasileiras que estavam abaixo ou próximas a linha da pobreza. Ademais, as medidas adotadas para manutenção do mercado de trabalho se mostraram importantes, mas não suficientes para conter a alta taxa de desocupação especialmente entre os trabalhadores informais e com baixa escolaridade.

## 6.2 COMPORTAMENTO DO MERCADO DE CRÉDITO.

Por meio da revisão dos dados foi possível observar que conjuntura brasileira durante a crise refletiu no mercado de crédito. Para conter os efeitos da pandemia o Banco Central e Conselho Monetário Nacional adotaram uma série de medidas para garantir a liquidez do sistema. Um por exemplo de medida emergência para o mercado de crédito foi a liberação adicional dos depósitos compulsórios, além dos empréstimos com lastro em LF garantida, empréstimo com lastro em debêntures etc. As medidas adotadas tiveram o potencial de ampliar a liquidez do sistema financeiro em R\$1.274,0 bi em 2020, valor equivalentes a 17,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Além disso, destacam-se as medidas de incentivo as concessões de crédito. O BC instituiu medidas para diminuir, por tempo limitado, as exigências de capital das instituições financeiras. “Mesmo com o nível confortável de capital que as instituições financeiras possuem para fazer frente a perdas, essas medidas foram adotadas com o intuito de dar melhores condições para que as instituições forneçam mais crédito nesse momento de incerteza” (BANCO CENTRAL, p1, 2021). As medidas resultaram em um potencial de ampliação da oferta de crédito em R\$1.348,2 bi, ou 18,4% do PIB.

Um dos focos do Banco Central foi incentivar as concessões as micro, pequenas e médias empresas. Historicamente o acesso ao crédito por parte dessas empresas é complexo, para Barone e Sader (2008) as políticas de incentivo ao microcrédito voltadas principalmente para população de baixa renda implantadas durante o governo Lula (2003 - 2006) representou uma ruptura no acesso ao crédito para essa parcela, passando a ser entendido como micro finanças, introduzindo o crédito para consumo ou produção sem distinção. No entanto, os autores compreendem que mesmo com tais incentivos, ainda havia muito a se fazer para garantir o desenvolvimento desse segmento. Em meio à crise pandêmica, essa parcela empresarial tende a ser a mais afetada nas concessões de crédito, considerando o maior grau de inadimplência que representam aos bancos.

Um outro fator que influenciou o desempenho do mercado de crédito durante a pandemia foram as concessões para grandes empresas, mesmo após um movimento de

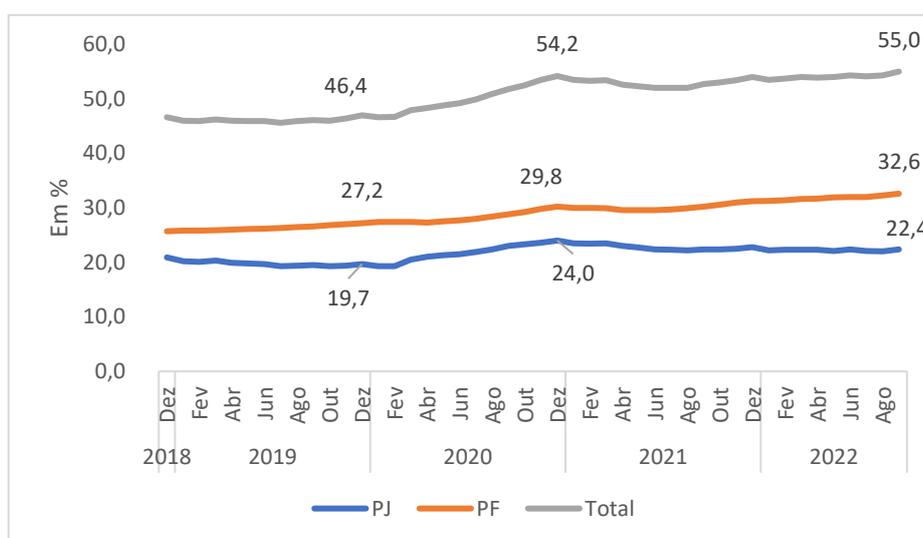
aumento de pessoas físicas na bolsa de valores e incremento no número de empresas listada, as grandes empresas buscaram por fontes de financiamento mais seguras durante a pandemia.

Como resultado dos incentivos do BC e da preferência por financiamento seguro por parte das empresas, o saldo das operações de crédito do sistema financeiro nacional apresentou um crescimento de 15,5% em 2020, atingindo o patamar de R\$ 4 trilhões. Esse resultado foi melhor do o ano pré-pandêmico de 2019, quando o saldo de concessões cresceu 6,5%. A alta para as concessões PJ foi de 21,8%, resultado significativamente maior que a retração de -0,1% de 2019. Grande parte deste resultado se deu pelas concessões à micro, pequenas e médias empresas, segmento que graças a iniciativas citadas anteriormente cresceu 31,6% em 2020, frente 6,7% de crescimento em 2019. Como esperado, o crédito às famílias teve desempenho inferior, crescendo 10,9% no ano frente um resultado de 11,9% em 2019.

A expansão do crédito no ano foi influenciada pelas contratações destinadas a empresas de menor porte, devido aos programas de estímulo ao crédito lançados no segundo semestre para combater os efeitos da pandemia. (BANCO CENTRAL, 2021, p.3).

Ao observar os saldos de concessões em percentual do PIB é notório que as medidas adotadas na pandemia se mostraram efetivas em sustentar as concessões no exercício de 2021 e no resultado parcial de 2022, os dois anos apresentaram concessões totais acima de 50% do PIB.

**Gráfico 9. Crédito do Sistema Financeiro Nacional em % do PIB – Dez 2018 a setembro de 2022**

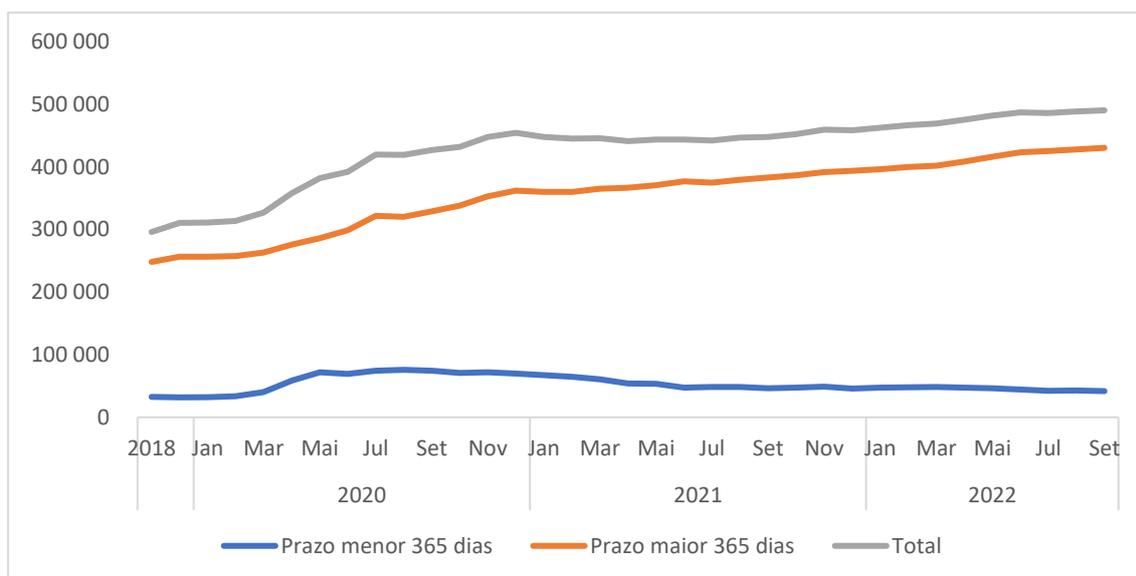


Fonte: Banco Central do Brasil – Elaborado pela autora.

Os resultados do crédito livre e direcionado apresentam a mesma característica de maior expansão para pessoas jurídicas, segundo dados do BC, em 2020 o saldo das operações com recursos livres foi de R\$2,3 trilhões, o que representou um crescimento de 15,2% no ano, sendo R\$1,1 trilhão no segmento pessoa jurídica (+ 21,6% no ano), com destaque ao resultado da carteira de capital de giro, que cresceu 46,3% frente um resultado tímido de 4,8% em 2019. O crédito livre para pessoas físicas atingiu R\$1,2 trilhão, resultado 10,4% maior que o ano anterior.

O capital de giro pode ser entendido como o esforço financeiro necessário para a manutenção das operações durante o ciclo financeiro de uma empresa, como a pandemia afetou a capacidade de pagamento dos agentes econômicos e as vendas, o expressivo resultado de crescimento dessa carteira de crédito evidencia que muitas empresas necessitaram de socorro financeiro para manter sua operação. Os dados do segmento mostram que o crédito para capital de giro com prazo superior a 365 apresentou crescimento após o início da pandemia em 2020, enquanto os empréstimos com prazo inferior a 356 dias apresentaram certa estabilidade.

**Gráfico 10. Saldo de crédito na modalidade de Capital de giro – Dez/2018 a Set/2022 (Em R\$ milhões)**



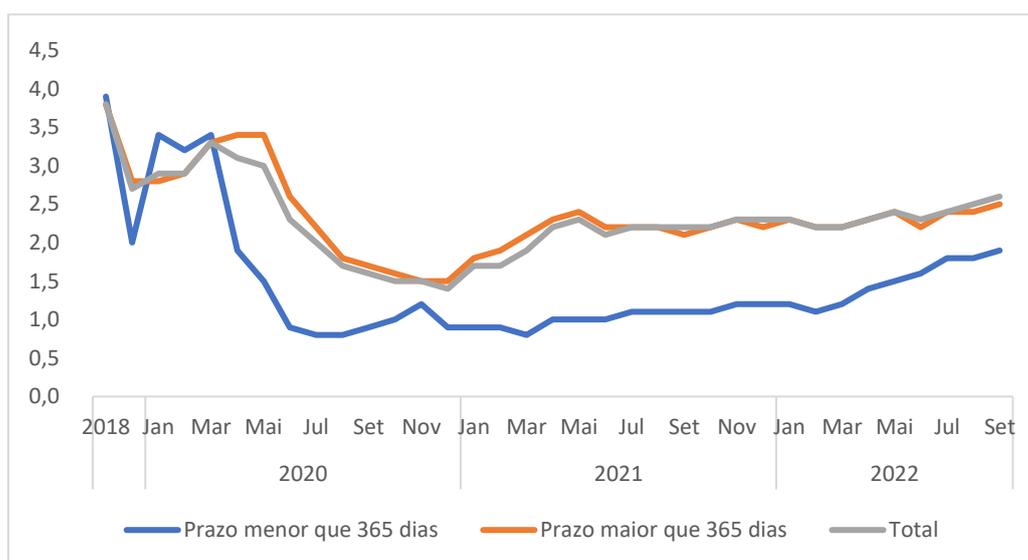
Fonte: Banco Central do Brasil– Elaborado pela autora.

O aumento das concessões na modalidade de Capital de Giro, especialmente para as pequenas empresas, levanta questionamentos sobre a inadimplência. O Gráfico 11

apresenta a variação do indicador entre 2018 e setembro de 2022, é possível notar que a inadimplência não sofre incremento significativo durante o período, e se analisado apenas o ano de 2020 resultado foi uma retração de 40% na taxa de inadimplência.

Vale ressaltar que como a maior parte dos créditos foram contratados com prazo superior a 365, o indicador ainda precisa ser acompanhado pelos próximos períodos para uma análise concreta, mas preliminarmente a tendência é de estabilidade.

**Gráfico 11. Inadimplência na modalidade de Capital de giro – Dez/2018 a Set/2022 (em %)**



Fonte: Banco Central – Elaborado pela autora.

Portanto, com base nos dados analisados é possível inferir que o comportamento das concessões de crédito no SFN durante a pandemia de covid-19 foi de expansão, especialmente na modalidade de capital de giro, linha de crédito que visa garantir a operação das empresas durante seu ciclo de pagamentos. E apesar das concessões terem tido incremento para a parcela considerada mais exposta a dificuldades de pagamentos, a inadimplência até setembro de 2022 se manteve estável.

## 7. CONCLUSÃO

Por meio da revisão da literatura foi possível constatar que o Plano Real foi um marco importante da história econômica brasileira e representou o início da construção da estabilidade monetária após 13 planos econômicos fracassados na década de 80 e 90.

O plano também contribuiu para a construção de um sistema financeiro mais resiliente, que conseguiu manter os resultados sustentáveis mesmo sem os lucros advindos das operações atreladas a inflação e que apresentou solvência suficiente para enfrentar adversidades globais.

A resiliência do Sistema Financeiro Nacional se mostrou relevante em uma economia emergente visto que possibilitou a manutenção das concessões de crédito sem comprometimento dos níveis de liquidez. Além disso, o desempenho do SFN durante a pandemia não foi de retração do crédito como poderia ser esperado, os dados evidenciaram um crescimento nas concessões especialmente para empresas. O comportamento expansionista pode ser explicado em função dos incentivos adotados pelo Governo Federal, como a taxa de juros em mínimas históricas, e pelos programas voltados para Micro, Pequenas e Médias empresas.

Apesar do crédito às famílias não ter apresentado o mesmo crescimento das concessões para empresas, a implementação do Auxílio Emergencial para as famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade social se mostrou importante para manter os níveis de consumo e renda durante a pandemia. No entanto, as iniciativas de injeção de renda do Governo Federal e os programas voltados a manutenção do mercado de trabalho não se mostraram suficientes para conter o agravamento dos indicadores de pobreza e distribuição de renda.

Para o maior aprofundamento do tema, são necessários estudos adicionais sobre as consequências inflacionárias da injeção de liquidez na economia e o comportamento da inadimplência nos créditos concedidos com prazo superior a dois anos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARBOSA, Fernando de Holanda. Crises econômicas e política de 2015: origens e consequências. Revista Macroeconomia, Brasil 2015, p. 1.

BARONE, Marcelo Francisco. SADER, Emir. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. Revista de Administração Pública 42 (6), 1249-1267, 2008.

BEZERRA, Eliran Ferreira, QUEIROZ, Silvana Nunes. A distribuição de renda no Brasil na década de 1990. IX Semana de Economia da URCA, realizado em Crato-CE – Brasil, 2008.

BANCO CENTRAL. Princípios Fundamentais para uma Supervisão Bancária Efetiva. Brasil, 2006.

BANCO CENTRAL. Basileia III: Implantação no Brasil. Brasil, 2013.

BANCO CENTRAL. Relatório Anual 2010. Brasil, 2010.

BANCO CENTRAL. Relatório de Estabilidade Financeira. Volume 19, número 1, abril 2020.

BANCO CENTRAL. Estatísticas monetárias e de Crédito, 2019, 2020, 2021 e 2022.

BRASIL. [Constituição (1988) ]. art. 192. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

CAMARGO, PO. A evolução recente do setor bancário no Brasil. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 322 p.

CARDOSO, Cilene Ribeiro. Regulação e Supervisão Bancária: O Papel dos Organismos Reguladores e dos Bancos Centrais nas Experiências do Chile e do Brasil a partir da Década de 1980. 2019. 401 f. Tese (Doutorado). – Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019, p.85.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Sobre a centralidade da teoria da preferência pela liquidez na macroeconomia pos-keynesiana. Ensaio FEE, Porto Alegre, 1996.

CARVALHO, Carlos Eduardo. Bancos e Inflação No Brasil: Da Crise dos Anos 1980 ao Plano Real. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), São Paulo, 2003, p. 3 e 5

CORSEUIL, Carlos Henrique., FRANCA, Máira., PADILHA, Gabriela., RAMOS, Lauro., RUSSO, Felipe. Trabalho brasileiro em duas recessões: análise do período 2015-2016 e da pandemia de Covid-19. Nota Técnica N° 92, IPEA, fevereiro de 2021, p. 19.

CYSNE, Rubens Penha, DA COSTA, Sérgio Gustavo Silveira. Reflexos do Plano Real sobre o Sistema bancário Brasileiro. Brasil, junho de 1997.

DIEESE. As receitas de prestação de serviços dos bancos. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Brasília-DF, Junho de 2005.

DEOS, Simone. MENDONÇA, Ana Rosa R. de. Uma proposta de delimitação conceitual de bancos públicos. Bancos Públicos e desenvolvimento, capítulo 2. IPEA. Rio de Janeiro, 2010.

FILHO, Fernando Ferrari. O legado do Plano Real: Uma estabilização sem crescimento econômico? Revista Análise Econômica, n. 35. Porto Alegre, 2001, p.6.

FEBRABAN. Busca Banco. Brasil, 2020. Disponível em: <http://www.buscabanco.org.br/>. Acesso em: 12.09.2020

FERREIRA, Luiz Edgard Fonseca. Análise dos bancos estaduais no período pós-real. Universidade Federal de Santa Catarina Centro Sócio-econômico Departamento de Economia. Florianópolis, março de 2008. p. 39 e 40.

FREITAS, Maria Cristina Penido de. Desafios da regulamentação ante a dinâmica concorrencial bancária: uma perspectiva pós-keynesiana Economia e Sociedade, Campinas, v. 19, n. 2 (39), p. 233-255, ago. 2009.

FREITAS, Maria Cristina Penido de. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito. Estud. av. vol.23 no.66 São Paulo 2009.

IPEA. A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda. Comunicados do Ipea, Brasil, 2012, p. 6.

LAMEIRA, Valdir de Jesus. Uma revisão sobre a economia brasileira e o mercado financeiro após o Plano Real: As mudanças e a evolução do mercado de capitais entre 1995 e 2002. Revista Contabilidade & Finanças - USP, São Paulo, n. 35, p. 96 - 110, maio/agosto 2004.

MAIA, Geraldo Villar Sampaio. Reestruturação bancária no Brasil: o caso do Proer. Notas técnicas do Banco Central do Brasil, Brasília, n. 38, jun. 2003. p. 7 e 8.

MENDONÇA, Ana Rosa R.de, ANDRADE, Rogerio P.(Org). Regulação bancária e dinâmica financeira: evolução e perspectiva a partir dos Acordos de Basiléia. Brasil, 2006.

MONTE, Paulo Aguiar do. Auxílio Emergencial e seu impacto na redução da desigualdade e pobreza. Anpec, Brasil, 2020, p. 17.

NETO, Octavio Amorim. A crise política brasileira de 2015-2016: Diagnóstico, sequelas e profilaxia. *Relações Internacionais* [online]. 2016, n.52, pp.43-54.

PAULA, Luiz Fernando Rodrigues, JÚNIOR, Antonio José Alves, MARQUES, Maria Beatriz Leme. Ajuste Patrimonial e Padrão de Rentabilidade dos Bancos Privados no Brasil durante o Plano Real (1994/98). EST. ECON., SÃO PAULO, V. 31, N. 2, P. 285-319, ABRIL-JUNHO 2001, p. 313.

PAULA, Luiz Fernando Rodrigues. Tamanho, dimensão e concentração do sistema bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil. Revista Nova Economia, v. 8, n. 1, p. 87-116, jul./dez. 1998.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. A economia e a Política do Plano Real. Revista da Economia Política, vol. 14, nº4 (56) Outubro-Dezembro 1994.

PUGA, Fernando Pimentel. Sistema financeiro brasileiro: Reestruturação recente e, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial. Rio de Janeiro, março – 1999.

RESENDE, Manoela Vilela Araújo. Crédito educativo: uma análise comparada sobre focalização e sustentabilidade financeira em programas de financiamento estudantil no Brasil, Estados Unidos e Austrália. Brasília, IPEA, 2018

ROCHA, Fernando Alberto S. Desnacionalização bancária no Brasil (1997–2000). Campinas, SP, 2002. Unicamp, Campinas, SP, 2002

ROCHA, Sonia. Renda e pobreza: os impactos do Plano Real. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasil, 1996.

ROCHA, Sonia. Pobreza e Desigualdade no Brasil: O esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Rio de Janeiro, 2002.

ROSSATTO RUBIN, Graziela; BOLFE, Sandra Ana O desenvolvimento da habitação social no Brasil Ciência e Natura, vol. 36, núm. 2. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Brasil. 2014, p. 211.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Sobrevivência das Empresas no Brasil. Brasil, outubro de 2016.

SILVA, Maria Luiza Falcão. Plano Real e âncora cambial. Revista de Economia Política, vol. 22, nº 3 (87), Brasil, 2002, p. 392 e 396.